

COALIZÕES DE OPOSIÇÃO NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS PARA INTERROMPER A EROSÃO DEMOCRÁTICA: OS CASOS DA POLÔNIA E DA ÁFRICA DO SUL

Nicholas Passeto de Oliveira Czekus¹

Resumo: Este artigo analisa o papel das coalizões de oposição na contenção da erosão democrática, comparando Polônia e África do Sul, democracias da “Terceira Onda” que enfrentaram diferentes estágios de declínio democrático. Através de um estudo qualitativo, examina-se como essas coalizões atuam em eleições legislativas para frear retrocessos. A Polônia, sob o partido Lei e Justiça (PiS) desde 2015, sofreu ataques à independência judicial e à liberdade de imprensa, enquanto a África do Sul enfrenta corrupção sistêmica no Congresso Nacional Africano (CNA) desde 2012. A pesquisa sugere que, embora essas coalizões possam contribuir para limitar a deterioração democrática, sua efetividade depende de fatores institucionais, sociais e políticos específicos de cada país.

Palavras-Chave: Erosão Democrática; Coalizões de Oposição; Eleições Legislativas; Polônia; África do Sul.

COALITIONS IN LEGISLATIVE ELECTIONS TO HALT DEMOCRATIC EROSION: THE CASES OF POLAND AND SOUTH AFRICA

Abstract: This article analyzes the role of opposition coalitions in stemming democratic erosion, comparing Poland and South Africa, “Third Wave” that have faced different stages of democratic decline. Through a qualitative study, it examines how these coalitions act in legislative elections to curb setbacks. Poland, under the Law and Justice party (PiS) since 2015, has suffered attacks on judicial independence and press freedom, while South Africa has faced systemic corruption within the African National Congress (CNA) since 2012. The research suggests that, while these coalitions can contribute to limiting democratic deterioration, their effectiveness depends on institutional, social, and political factors specific to each country.

Keywords: Democratic Erosion; Opposition Coalitions; Legislative Elections; Poland; South Africa.

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). E-mail: nich.br2004@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo tem presenciado um fenômeno preocupante: o retrocesso democrático. Diferente dos colapsos democráticos abruptos do passado, hoje o enfraquecimento da democracia acontece de maneira gradual, caracterizando o que se chama de erosão democrática, e como destacam Haggard e Kaufman (2021) está ocorrendo em países que já haviam cruzado o limiar democrático.

Conforme o relatório “Democracy Index 2024: What’s wrong with representative democracy?”, da Economist Intelligence Unit (EIU, 2025), integrante do The Economist Group, o Índice de Democracia da EIU registrou outro declínio democrático, alcançando a menor pontuação (5,17) desde o início do índice em 2006. Além disso, de acordo com o Relatório da Democracia 2025 do projeto Variedades de Democracia (V-Dem), cerca de 3 em cada 4 pessoas no mundo, 72%, vivem atualmente em autocracias. Este é o nível mais elevado desde 1978. (Nord et al, 2025, p.8).

O Relatório da Democracia 2025 do V-Dem também informa que as restrições à liberdade de expressão aumentaram em 44 países em 2024, e que a arma favorita dos autocratizadores é a censura dos meios de comunicação social, seguido do enfraquecimento das eleições e da sociedade civil (Nord et al, 2025, p.8).

Conforme o International Republican Institute na sua revisão de literatura sobre partidos políticos e oposição à erosão democrática (IRI, 2024), ações de contenção incluem realizar campanhas eleitorais e legislar. As eleições podem ser caracterizadas como “eventos críticos” e a responsabilidade exercida, por meio dos partidos políticos e das eleições para o Poder Legislativo, podem ajudar a interromper a erosão democrática e frear as ações de governantes que abusam de seus poderes.

Uma estratégia frequentemente sugerida para a oposição é a formação de coalizões amplas, que abranjam um espectro ideológico diverso, aumentando as chances de sucesso ao desafiar governos que tentam criar um campo de jogo eleitoral desigual. De acordo com Feldman e McCoy (2024), grupos de oposição diversos podem ter maior sucesso se unirem suas forças sob um grande guarda-chuva político assim que os primeiros sinais de erosão democrática se tornarem evidentes.

Neste cenário, à medida que líderes iliberais continuam a degradar a democracia ao redor do mundo, e ativistas, partidos políticos e candidatos a legisladores estão

superando divisões ideológicas para desafiar esses governantes, nossa pergunta de pesquisa é: como as coalizões de oposição atuam em eleições do Poder Legislativo diante de processos de erosão democrática?

Deste modo, torna-se relevante avaliar o papel desta estratégia política para compreender processos de declínio democrático e as dinâmicas políticas locais. Além disso, busca-se verificar se esse mecanismo de responsabilização é eficaz na contenção da autocratização. Para esta análise, foram selecionados dois países com diferentes contextos políticos e históricos, que antes eram considerados democracias consolidadas da “Terceira Onda” de democratização, mas que enfrentaram o perigo da autocratização em diferentes níveis, e nos quais foram realizadas eleições para o Parlamento recentemente: a Polônia, com eleições realizadas em outubro-dezembro de 2023; e a África do Sul, com eleições ocorridas em maio de 2024.

A Polônia, um país que havia sido um dos casos mais bem-sucedidos de democratização pós-comunista, enfrentou um declínio democrático significativo sob o governo do partido Lei e Justiça (PiS) que, desde que assumiu o poder em 2015, aumentou o controle do governo sobre o Judiciário, a sociedade civil e a imprensa.

Já a África do Sul, uma democracia consolidada na região da África Subsaariana desde sua transição para uma democracia multirracial em 1994, tem atravessado um lento declínio desde 2012. A principal característica desta deterioração relativa tem sido a crescente corrupção do partido no poder, o Congresso Nacional Africano (CNA), que compromete o Estado de Direito e as instituições do Estado.

Estes dois países são representativos, pois estavam atravessando distintos estágios de erosão democrática. De acordo com o Relatório V-DEM 2025 (NORD et al, 2025), a África do Sul, após ser classificada como um caso limite de autocratização em 2023, recuperou o seu estado de democracia liberal em 2024. Já a Polônia estava em um processo de autocratização que foi estagnado antes do colapso da democracia. Além disso, o país, junto com a Hungria, constituem um exemplo da capacidade limitada da União Europeia (UE) de exercer uma influência mais direta sobre trajetórias não democráticas de seus estados-membros.

Sendo assim, este trabalho pretende investigar as estratégias de contenção do retrocesso democrático focando nas recentes eleições de novas legislaturas na Polônia e na África do Sul. Busca-se explorar os conceitos de democracia e de retrocesso

democrático; descrever o processo de erosão das democracias destes países; e analisar os resultados das eleições parlamentares mais recentes nos dois casos, traçando um panorama do contexto político após os pleitos e as novas composições legislativas.

A pesquisa é qualitativa e utilizou o Desenho de Sistemas Mais Diferentes (MDSD) para a comparação. Conforme Landman (2003), esse desenho parte da seleção de países em que o resultado de interesse ocorreu e identifica uma variável independente comum que ajuda a explicá-lo. Neste estudo, a variável dependente é a contenção da erosão democrática e a variável independente é a formação de coalizões de oposição nas eleições legislativas. Os países selecionados apresentam contextos distintos, mas compartilham o mesmo resultado de interesse.

Para conferir maior rigor analítico, foram estabelecidas variáveis de controle: (i) força das instituições de responsabilização (Judiciário, imprensa, órgãos de controle), (ii) grau de fragmentação partidária e (iii) engajamento da sociedade civil. Essas variáveis permitem avaliar se a simples presença de coalizões é suficiente para conter a erosão democrática ou se sua efetividade depende da interação com o ambiente institucional.

Reconhece-se o risco de endogeneidade: a constituição de coalizões pode ser tanto uma resposta à crise democrática já instaurada quanto um fator que contribui para frear retrocessos. A análise, portanto, não assume causalidade linear, mas busca identificar em quais condições as coalizões atuam como causa ativa de contenção ou apenas como consequência de um processo mais amplo de declínio institucional.

A seleção dos casos obedeceu a três critérios: (i) serem democracias da “Terceira Onda”, (ii) apresentarem sinais recentes de erosão democrática documentados em bases internacionais reconhecidas e (iii) terem registrado participação decisiva de coalizões oposicionistas em eleições legislativas.

Para medir a qualidade democrática, foram utilizados os relatórios do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA, 2025) e do Variedades de Democracia - V-Dem (NORD et al, 2025), que incluem informações até dezembro de 2024. Estas fontes contemplam a base comparativa mais atualizada disponível no momento da redação. O índice de democracia eleitoral (IDE) do V-Dem foi particularmente relevante, por refletir a concepção de poliarquia de Dahl (1989), incluindo sufrágio universal, eleições livres e justas, pluralidade de fontes de informação, liberdade de expressão e liberdade de associação.

O horizonte temporal abrange o início da erosão democrática em cada país até as eleições mais recentes. No caso da Polônia, o período analisado vai de 2015, com a vitória do PiS, até 2023/2024, após as eleições parlamentares que resultaram na vitória da coalizão opositora. No caso da África do Sul, o recorte cobre de 1994, ano do fim do regime do apartheid e das primeiras eleições livres e multirraciais, até 2024, quando o CNA perdeu sua maioria absoluta e foi obrigado a compor um governo de unidade nacional.

Foram adotadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental digital. A primeira se concentrou na revisão de literatura sobre democracia, terceira onda de democratização, autocratização e erosão democrática, enquanto a segunda envolveu a análise de fontes jornalísticas, periódicos, sites especializados e bases fornecidas por instituições e organizações internacionais. Esse material permitiu examinar os processos de erosão das democracias da Polônia e da África do Sul, bem como suas eleições legislativas mais recentes para o Poder Legislativo

A principal hipótese desta pesquisa é que a formação de coalizões de oposição em eleições legislativas, tomada como variável independente, pode contribuir para conter a erosão democrática, considerada a variável dependente. Esse efeito, contudo, não é automático: sua efetividade depende das condições institucionais, como independência do Judiciário, imprensa livre, mecanismos de responsabilização, bem como do engajamento da sociedade civil em cada contexto.

O trabalho está desenvolvido em duas seções além desta introdução. Na primeira seção, é apresentada uma revisão da literatura sobre democracia e erosão democrática. Na segunda seção, são analisados e discutidos os casos de evolução da erosão democrática na Polônia e na África do Sul, as eleições parlamentares recentes nestes países e o panorama político atual. Por fim, o trabalho apresenta as conclusões sobre a eficácia das coalizões de oposição em eleições legislativas e suas implicações diante do cenário atual de recessão democrática.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Conforme Dahl (1989), a democracia é o sistema político cujas características incluem sua disposição em satisfazer total ou quase inteiramente a todos os seus cidadãos. Revisando a literatura, observa-se que a maioria dos acadêmicos definem

democracia como a formação de vontade e tomada de decisão inclusivas, coletivas (ou pelo menos aceitas coletivamente), visando à responsividade política – no sentido de transformação efetiva das preferências dos cidadãos em políticas e resultados –, ao mesmo tempo em que garante direitos e liberdades políticas, por meio de restrições à vontade do povo (Warren, 2017).

De acordo com Samuel Huntington (1991), a era atual de transições democráticas constitui a terceira onda de democratização na história do mundo moderno que começou com a Revolução dos Cravos em Portugal no ano de 1974. Mas, desde o início do século XXI, as democracias liberais enfrentam pelo menos quatro desafios: (i) os padrões socioeconômicos de muitas democracias liberais mudaram significativamente; (ii) novas formas de populismo tanto do lado direito como esquerdo do espectro ideológico; (iii) a revolução digital, a internet, as mídias sociais e os aplicativos para smartphones levaram a grandes inovações tecnológicas, com grandes mudanças na comunicação política; (iv) a globalização.

A crise global da democracia tornou-se um tema relevante nas pesquisas acadêmicas, descrito como “recessão democrática” (Levitsky e Way, 2015), “retrocesso democrático” (Bermeo, 2016), ou ainda a “morte da democracia”, como descrita por Levitsky e Ziblatt (2018), que apontam para um padrão global de erosão democrática lenta nos quais regimes autocráticos utilizam ferramentas dentro do próprio sistema democrático para corroê-lo por dentro. Haggard e Kaufman (2021), por sua vez, examinam a fundo casos de retrocesso que ocorreram dentro desta “recessão democrática” generalizada, que coloca a democracia liberal na defensiva e os estados autocráticos como importantes atores no cenário global.

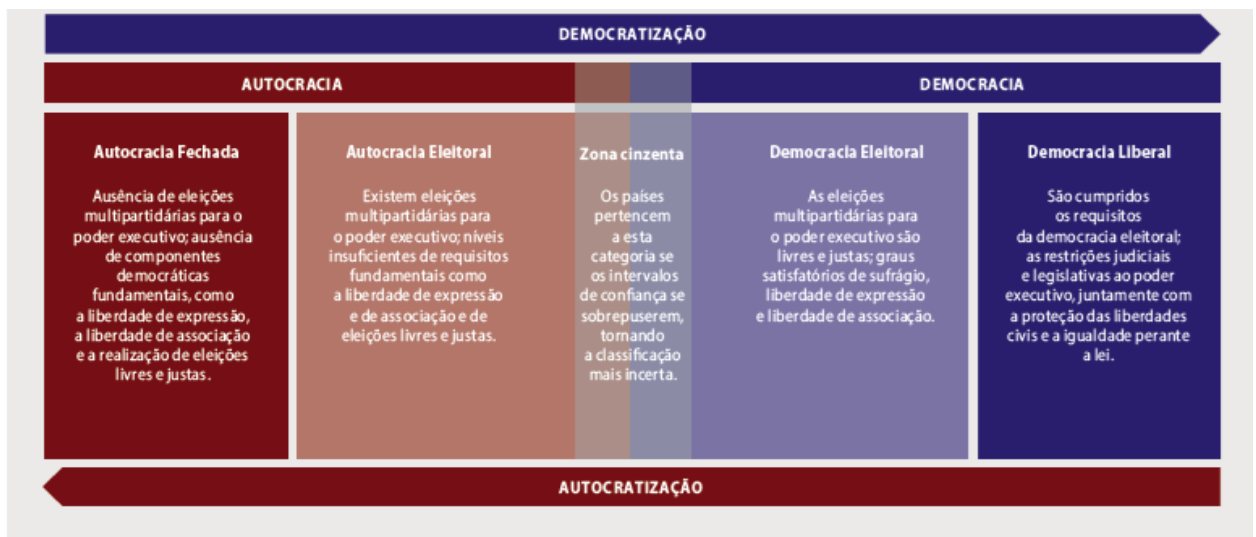
A literatura de Ciência Política também tem estudado a autocratização que pode ser entendida como a mudança de regime oposta à democratização, além de tornar o exercício do poder político mais arbitrário e repressivo. Lührmann e Lindberg (2019) propõem que a autocratização pode ocorrer como recessão democrática, quando ocorre em contexto democrático, colapso da democracia, momento em que uma democracia se transforma numa autocracia, ou consolidação autocrática, como ocorre já em um contexto autocrático.

E dentro do cenário da “terceira onda de autocratização” em curso (Lührmann e Lindberg, 2019), a erosão democrática tornou-se a principal forma de autocratização,

com as pesquisas apontando o crescimento dos casos em que atores não comprometidos com a democracia ascedem ao poder através de eleições democráticas, assumindo depois estratégias e ações que, gradualmente, mas de forma efetiva, minam as normas democráticas e desarranjam o sistema democrático a partir do seu interior, porém sem necessariamente abolir as instituições e regras democráticas.

O Relatório da Democracia 2025 do Instituto V-Dem (Nord et al, 2025), descreve a dinâmica dos processos de democratização e autocratização, como apresentado na Figura 1:

Figura 1 – Regimes e Mudança de Regime



Fonte: NORD et al, 2025, Relatório da Democracia 2025, Instituto V-Dem, p. 15.

Dentro desta dinâmica, a democratização pode começar numa autocracia (liberalização) ou numa democracia (intensificação) e, inversamente, a autocratização pode começar numa democracia (retrocesso) ou numa autocracia (regressão).

Em função do caráter gradual dos declínios democráticos atuais, os processos de erosão podem ser interrompidos, evitando o colapso democrático. Conforme Gamboa (2022), como a erosão democrática ocorre ao longo do tempo, mesmo após a posse de um líder com aspirações hegemônicas, a oposição possui recursos institucionais e não institucionais que pode usar contra o incumbente. Estratégias institucionais, com objetivos moderados (como o uso de eleições, do Congresso ou dos tribunais para barrar ou modificar reformas antidemocráticas), são consideradas opções mais seguras dentro da política democrática.

Ainda de acordo com Gamboa (2022), embora essas táticas não interrompam imediatamente a erosão democrática, elas aumentam os custos para o governo reprimir a oposição e reduzem os incentivos para fazê-lo. Além disso, preservam a legitimidade da oposição e dificultam que o governo a rotule como radical ou antidemocrática, limitando a capacidade do Executivo de adotar reformas mais agressivas ou reprimir seus adversários.

Laebens e Lührmann (2021) discutem três mecanismos que podem interromper a erosão democrática: (1) responsabilidade vertical, (2) responsabilidade diagonal e (3) responsabilidade horizontal. A responsabilidade vertical refere-se às pressões originadas da competição entre partidos e dentro dos partidos governantes. A responsabilidade diagonal envolve pressões exercidas pela mídia independente e atividades da sociedade civil, como protestos. Finalmente, a responsabilidade horizontal refere-se aos controles legislativos e judiciais sobre o poder executivo.

A literatura, portanto, mostra que a erosão democrática é um processo gradual e multifacetado, podendo ser contida por estratégias de oposição institucionalizadas. Contudo, é importante destacar que as instituições atuam como variável explicativa decisiva para compreender em que medida essas estratégias produzem resultados concretos.

Dahl (1989), ao formular o conceito de poliarquia, já advertia que eleições competitivas só são significativas quando sustentadas por instituições robustas de liberdades civis e associativas. Levitsky e Ziblatt (2018) reforçam esse argumento ao apontar que os chamados guardrails democráticos dependem de normas institucionais que limitam abusos de poder, como a tolerância mútua e a autocontenção.

De forma semelhante, Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) e Merkel (2014) ressaltam que instituições de responsabilização, como um Judiciário independente, parlamentos fiscalizadores e uma imprensa livre, não apenas refletem a qualidade democrática, mas também condicionam a efetividade das coalizões de oposição.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Polônia e a África do Sul são classificadas como democracias eleitorais, onde eleições multipartidárias são livres e justas, além de haver graus satisfatórios de sufrágio, liberdade de expressão e liberdade de associação (Nord et al, 2024). Esses dois

países tiveram a seguinte classificação nos índices de democracia: Polônia como 71º país, Índice de Democracia Eleitoral (IDE) de 0,59 com uma diminuição significativa nos últimos 10 anos; África do Sul como 53º país, IDE de 0,69.

De acordo com o Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA, 2025), a democracia dos dois países em estudo teve o seguinte desempenho em 2024, conforme Figura 2:

Figura 2 – A situação atual da democracia na Polônia e na África do Sul

Polônia

Classificação global por categoria de desempenho democrático em 2024

Representação

49/173

Direitos

40/173

Estado de Direito

39/173

Participação

48/173

África do Sul

Classificação global por categoria de desempenho democrático em 2024

Representação

43/173

Direitos

50/173

Estado de Direito

55/173

Participação

43/173

Fonte: International IDEA. The Global State of Democracy 2024. Country profiles Poland and South Africa.

Quanto aos sistemas de governo, a Polônia é uma democracia parlamentar, com um sistema de governo conhecido como parlamentarismo semipresidencialista. Nesse sistema, há um presidente e um primeiro-ministro, que compartilham responsabilidades no governo. O presidente é o chefe de Estado e é eleito por voto direto, enquanto o primeiro-ministro, que é o chefe de governo, é nomeado pelo presidente, mas deve ter a confiança do Parlamento (Sejm). O presidente tem algumas funções executivas, mas o primeiro-ministro e o Parlamento desempenham um papel significativo na condução do governo.

Já a África do Sul é uma democracia parlamentar, com um sistema de governo conhecido como parlamentarismo presidencialista. Nesse sistema, o presidente é o chefe de Estado e de governo, mas é eleito indiretamente pela Assembleia Nacional (a câmara baixa do Parlamento). O partido que obtém a maioria no Parlamento indica o presidente, o que reflete características de um sistema parlamentar, embora o presidente tenha funções executivas como em sistemas presidencialistas.

Conforme o IRI (2024), nas democracias parlamentares os primeiros-ministros exercem controle sobre os poderes Executivo e Legislativo e, quando combinado com uma supermaioria, podem rapidamente reduzir o poder dos tribunais, das agências de fiscalização e do próprio Legislativo. Assim, sistemas parlamentaristas de partido dominante tornam-se especialmente perigosos para a qualidade da democracia. Foi o que ocorreu nos dois países analisados.

A seguir, é analisado cada caso, abordando as seguintes questões para cada país: (i) o que foi feito para erodir a democracia?; (ii) o que mudou?; (iii) resultados das eleições mais recentes para o Parlamento; (iv) como está o panorama político depois da eleição?

3.1 POLÔNIA

O processo de erosão democrática na Polônia iniciou e se intensificou sob o governo do PiS, que ganhou as eleições gerais de 2015, o mesmo ano em que Andrzej Duda, candidato apoiado pelo partido, elegeu-se presidente. Desde então, foi adotada uma agenda autoritária-nacionalista que desmontou gradualmente o Estado de Direito e transformou a mídia estatal em um instrumento de propaganda partidária.

3.1.1 O que foi feito para erodir a democracia?

As ações e eventos que se destacaram foram reformas no Judiciário com comprometimento da autonomia judicial, o controle sobre a mídia, limitações à liberdade civil e aos direitos individuais, e tensões com a União Europeia (UE).

Em 2015, logo após assumir o poder, o PiS iniciou reformas no Tribunal Constitucional, alterando o processo de nomeação de juízes e permitindo que o governo escolhesse novos magistrados. Em 2017, o governo implementou reformas que permitiram a aposentadoria forçada de muitos juízes e deram ao Ministro da Justiça o poder de influenciar diretamente a nomeação e promoção de juízes em tribunais inferiores.

Também, desde 2015, o governo do PiS impôs restrições aos meios de comunicação públicos, nomeando aliados para posições-chave na mídia estatal e transformando as emissoras públicas em plataformas de propaganda governamental.

Isso afetou a liberdade de imprensa, minando a diversidade de vozes e de pontos de vista na mídia e permitindo ao governo moldar a opinião pública em seu favor.

Houve repressão a manifestações contrárias ao governo e limitação de recursos para ONGs e outras organizações que defendem direitos civis. Leis foram criadas para dificultar a atuação de organizações que monitoram o governo e promovem a transparência, além de adotarem medidas para restringir os direitos reprodutivos das mulheres. A comunidade LGBTQIAPN+ também foi afetada por leis e políticas fortemente discriminatórias.

Diante de um cenário de erosão democrática, a União Europeia (UE) criticou repetidamente a Polônia por violações ao Estado de Direito e à independência judicial. O governo polonês, no entanto, ignorou ou resistiu a sanções e advertências, o que aprofundou a polarização interna e trouxe questionamentos sobre o comprometimento da Polônia com os valores democráticos europeus.

A resistência a essas medidas autoritárias cresceu ao longo dos anos, com uma grande parte da sociedade civil, advogados, organizações de direitos humanos e partidos de oposição protestando e buscando apoio internacional.

3.1.2 O que mudou?

A oposição teve dificuldades para se unir em eleições anteriores e, em 2019, o PiS venceu com apenas 43% dos votos, graças a uma oposição fragmentada. As tensões na Polônia atingiram seu ápice, quando o Tribunal Constitucional restringiu o acesso ao aborto, desencadeando uma onda de indignação pública e protestos em todo o país. Esse movimento de resistência exemplificou o mecanismo de responsabilidade diagonal da sociedade civil, com a população se opondo diretamente às decisões do governo. A reação foi marcada por arrogância e brutalidade policial, o que contribuiu para uma queda significativa no apoio ao PiS.

Essa insatisfação generalizada fomentou um novo engajamento político, impulsionando uma participação eleitoral sem precedentes nas últimas eleições parlamentares realizadas em 15 de outubro de 2023, que alcançou 74%. De acordo com Robert Benson, do Center for American Progress – CPA (2023), entre os jovens, a participação saltou para 68,8%, um aumento notável em relação aos 46,4% das eleições

de 2019. Além disso, quase 75% das mulheres votaram, um aumento histórico de 12% em comparação com 2019, desempenhando um papel decisivo na mudança do governo.

3.1.3 Resultados das eleições mais recentes para o Parlamento

Conforme Stefano Fella, da House of Commons Library (Fella, 2024), nas eleições parlamentares da Polônia realizadas em 15 de outubro de 2023, os eleitores elegeram todos os 460 membros do Sejm polonês e todos os 100 senadores, com uma expressiva participação de 74,3%, a mais alta desde a transição da Polônia do comunismo em 1989. Após oito anos de governo, o PiS conquistou 194 assentos - uma queda em relação aos 235 obtidos em 2019.

Mesmo enfrentando manipulações eleitorais, a coalizão de oposição liderada por Donald Tusk, ex-primeiro-ministro e presidente do Conselho Europeu, conquistou a maioria dos assentos no Parlamento, totalizando 248. Essa coalizão heterogênea reuniu partidos de diferentes espectros políticos: Coalizão Cívica de Tusk com 30,7% (157 assentos), a centro-direita Terceira Via com 14,4% (65 assentos), e a Esquerda com 8,6% (26 assentos).

O presidente Duda nomeou um governo liderado pelo PiS após as eleições parlamentares, mas perdeu um voto de confiança no Sejm em 11 de dezembro, e Tusk foi, então, eleito primeiro-ministro da Polônia no mesmo dia, com a aliança, formando o novo governo.

3.1.4 Como está o panorama político depois da eleição?

O panorama político da Polônia permanece tenso. A Coalizão Cívica de Donald Tusk assumiu o governo com promessas de liberalizar a lei do aborto, legalizar uniões civis para casais do mesmo sexo e despolitizar o judiciário, mas o progresso dessas reformas tem sido lento. O principal obstáculo é o presidente Duda, aliado do PiS, que tem poder de veto e ficará no cargo até 2025. Além disso, o sistema judiciário foi amplamente preenchido por nomeados do PiS, incluindo cerca de 2.300 juizes, complicando a despolitização das instituições.

Outro desafio é a mídia estatal, transformada em ferramenta de propaganda durante o governo PiS. A nova administração de Tusk está enfrentando sérios desafios para restaurar a imparcialidade e equilibrar o cenário midiático. Apesar disso, o governo

promete fortalecer a cooperação com a UE e os EUA, especialmente em questões como a guerra na Ucrânia, migração e ação climática.

De acordo com o IDEA (2025), a Polônia apresenta um desempenho médio, tendo registrado, entre 2019 e 2024, avanços em indicadores como parlamento eficaz, aplicação previsível das leis e liberdades civis, incluindo liberdade de imprensa e de expressão.

Esse quadro também evidencia o papel das instituições como variável mediadora da efetividade da coalizão opositora. A pressão exercida pela União Europeia e a resiliência de setores do sistema judicial, mesmo após tentativas de captura institucional pelo PiS, criaram condições para que a vitória eleitoral se convertesse em alternância de poder. Assim, embora persistam bloqueios internos, a combinação entre pressões externas e contrapesos institucionais internos ampliou a efetividade da estratégia oposicionista na Polônia.

3.2 ÁFRICA DO SUL

Desde o fim do apartheid em 1994, o CNA dominou o cenário político da África do Sul, mas, nas últimas décadas, a democracia sul-africana tem sofrido erosão. A corrupção endêmica, o crescente desemprego, a desigualdade extrema e a má prestação de serviços básicos, como os apagões elétricos constantes, têm levado a uma perda de confiança no governo.

3.2.1 O que foi feito para erodir a democracia?

A crise democrática, na África do Sul, aprofundou-se sob a liderança do ex-presidente Jacob Zuma, do CNA, que ficou no cargo de 2009 até a renúncia em 2018. Durante este período, houve tentativas de enfraquecer a independência do Judiciário e dos órgãos de controle, como o Ministério Público e o Departamento de Polícia, que eram frequentemente liderados por aliados do governo. Em alguns casos, promotores foram afastados ou pressionados a interromper investigações contra políticos influentes.

O governo Zuma também dissolveu ou desestruturou órgãos de combate à corrupção, como a Unidade de Investigação Especial (SIU) e a Unidade de Crimes

Prioritários (conhecida como “Hawks”). Essa interferência prejudicou a capacidade do Estado de investigar e processar casos de corrupção de forma efetiva.

Após a renúncia de Zuma em 2018, Cyril Ramaphosa assumiu a presidência, mas a deterioração democrática prosseguiu. Desde 2019, houve uma piora significativa nas liberdades civis e, durante a pandemia, medidas severas de lockdown e o uso excessivo da força militar para impor restrições geraram abusos, incluindo mortes. Em 2023, a repressão a opositores, ativistas e jornalistas aumentou, colocando em risco a democracia e os direitos humanos na África do Sul.

O julgamento de corrupção do ex-presidente Zuma foi adiado várias vezes, enquanto problemas como a violência sexual, a discriminação contra mulheres e contra pessoas LGBTQIAPN+ e a xenofobia persistem. A revogação das permissões de trabalho de zimbabuanos, considerada ilegal, também ameaça os direitos humanos no país.

Esta influência indevida no governo e a captura de instituições estatais por redes de clientelismo têm sido descritas como um “autoritarismo furtivo”, com o uso de mecanismos legais de forma antidemocrática. Além disso, a confiança pública nas instituições, especialmente no judiciário, está em declínio, com apenas 43% da população expressando fé no sistema judicial. Conforme o Democratic Erosion Consortium (DEC, 2022), a participação eleitoral também caiu significativamente, de 86,7%, em 1994, para 65,9% em 2019, refletindo a crescente frustração com o CNA e os desafios à democracia sul-africana.

3.2.2 O que mudou?

A diminuição do apoio ao CNA reflete duas tendências principais. Primeiro, a geração “nascida livre”, que não viveu o apartheid, já não vê o legado do CNA como razão suficiente para garantir seu poder contínuo. Em segundo lugar, o fraco desempenho do partido, na última década, causou insatisfação generalizada e contribuiu para a fragmentação do sistema partidário, dividido por questões ideológicas, regionais e étnicas.

A reação da sociedade civil e a pressão internacional contribuíram ativamente para a diminuição do apoio ao CNA. Movimentos civis, como o “Save South Africa” e o “Zondo Commission” (Comissão Zondo de Inquérito ao “State Capture”), surgiram para

investigar e expor os casos de corrupção e abuso de poder. Parceiros internacionais, incluindo órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, expressaram preocupação com a erosão democrática e a corrupção sistêmica. Houve ameaças de sanções e exigências de transparência para garantir ajuda financeira.

3.2.3 Resultados das eleições mais recentes para o Parlamento

Nas eleições de 2024 para o Legislativo da África do Sul, que teve seu resultado divulgado em 02/06/2024, o CNA sofreu uma perda significativa, obtendo apenas 40,18% dos votos, com 159 deputados, do total de 400 da Assembleia Nacional, uma queda de 17 pontos em relação aos 57% de 2019. Conforme Ndzendze e Hlabisa, do Africa Policy Research Institute (2024), o maior partido de oposição, a Aliança Democrática (DA), conquistou 21,81% (87 deputados), seguido pelo MKP de Zuma com 14,58% (49 deputados). O partido radical EFF ficou com 9% (36 deputados) e os demais votos foram divididos entre 14 partidos menores, tornando este o parlamento mais diverso da história do país.

Conforme a BBC News (2024) e o The Conversation (2024), devido à perda da maioria, o presidente Cyril Ramaphosa formou um governo de coalizão, chamado Governo de Unidade Nacional (GNU), liderado pelo CNA, que manteve 20 dos 32 ministérios, incluindo Relações Exteriores, Finanças e Defesa. A DA, o maior parceiro da coalizão, ficou com seis ministérios, incluindo Agricultura e Meio Ambiente.

As negociações para a formação do governo foram tensas, com Ramaphosa acusando a DA de tentar criar um governo paralelo. Mesmo assim o acordo foi firmado, marcando um inédito capítulo na política sul-africana.

3.2.4 Como está o panorama político depois da eleição?

Após as eleições de 2024, a inesperada aliança entre o histórico CNA e o partido pró-negócios DA, além de outros partidos menores, trouxe esperanças de revitalização econômica e estabilidade política na África do Sul. No entanto, a coalizão enfrenta desafios complexos, como divergências em torno das regulamentações do mercado de trabalho, com o CNA, influenciado por sindicatos, resistindo a reformas que facilitariam contratações e demissões, o que é um forte ponto de discordância com o DA, sempre de viés liberal.

Outro obstáculo é a necessidade do CNA de sacrificar o favoritismo político de seus quadros para garantir o sucesso do governo de coalizão. Além disso, a oposição, liderada por partidos antissistema como o MKP e o EFF, será um fator importante, já que são céticos em relação à democracia liberal e aos mercados livres.

O novo governo precisará agir rapidamente para gerar empregos e estimular o crescimento econômico, atendendo às demandas dos sul-africanos para garantir a estabilidade da coalizão e a continuidade de um governo funcional.

A África do Sul, conforme o IDEA (2025), apresenta desempenho médio em três categorias, direitos, estado de direito e participação, além de apresentar alto desempenho em representação. Em comparação com 2019, a África do Sul apresentou avanços significativos em eleições credíveis e independência judicial.

No entanto, sua fragilidade institucional continua a limitar o efeito dessas melhorias: corrupção sistêmica, baixos níveis de confiança pública no Judiciário e falhas nos mecanismos de responsabilização horizontal prejudicam a consolidação democrática, mesmo após a formação de um governo de coalizão nacional. E, apesar de possuir uma das maiores economias do continente, a combinação de baixo crescimento, desemprego elevado e pobreza persistente reforçam esse cenário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A erosão democrática é um desafio global, mas os casos analisados indicam que a atuação das coalizões de oposição em eleições legislativas pode representar um mecanismo relevante de contenção desse processo. Retomando a hipótese da pesquisa, verificou-se que tais coalizões, variável independente, de fato contribuem para limitar a erosão democrática, variável dependente, embora sua efetividade não seja uniforme. Ao promover maior representatividade e inclusão de diferentes vozes no processo político, essas alianças funcionam como instrumentos de responsabilização que ampliam os custos para governantes com tendências autoritárias e reforçam a legitimidade da oposição.

Na Polônia, a magnitude do efeito foi expressiva: a união entre partidos de diferentes espectros ideológicos resultou na alternância de poder em um contexto de erosão moderada. A durabilidade desse impacto dependerá, contudo, da capacidade do novo governo de consolidar reformas e da resiliência das instituições, em especial do

Judiciário, parcialmente capturado, e da imprensa. Nesse processo, a pressão da União Europeia também atuou como fator externo de reforço institucional.

Na África do Sul, por sua vez, a formação de um governo de unidade após o enfraquecimento do CNA demonstrou como a fragmentação partidária e a pressão da sociedade civil podem favorecer arranjos plurais. Ainda assim, a fragilidade institucional, marcada por corrupção sistêmica, baixa confiança no Judiciário e mecanismos frágeis de responsabilização, limita a profundidade e a durabilidade dessas mudanças. O efeito da coalizão é real, mas menos robusto do que no caso polonês.

O sucesso dessas experiências, portanto, depende de fatores críticos como a coesão interna das coalizões, a independência das instituições e o engajamento contínuo da sociedade civil. Sem essas condições, a união de partidos opositores pode se mostrar insuficiente para sustentar a reversão de tendências autoritárias.

Ao utilizar os dados mais recentes do The Global State of Democracy 2024 (International IDEA, 2025) e do Democracy Report 2025 (NORD et al, 2025), este estudo buscou compreender não apenas se coalizões podem conter a erosão democrática, mas em que medida e sob quais condições institucionais esse efeito se concretiza. Futuras pesquisas poderão expandir essa agenda, comparando casos em que tais coalizões fracassaram ou se mostraram incapazes de alterar o curso político, como Hungria, Turquia ou Venezuela, permitindo avaliar com maior precisão os limites e as possibilidades dessa estratégia em diferentes contextos regionais.

REFERÊNCIAS

BBC NEWS. **South Africa's new coalition government unveiled**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/articles/cw9yx5w9577o>>. Acesso em out.2024.

BENSON, Robert. Poland's Democratic Resurgence: From Backsliding to Beacon. **CPA Center of American Progress**, 2023. Disponível em: <<https://www.americanprogress.org/article/polands-democratic-resurgence-from-backsliding-to-beacon/>>. Acesso em out.2024.

BERMEO, Nancy. On democratic backsliding. **Journal of democracy**, v. 27, n. 1, p. 5-19, 2016. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1353/jod.2016.0012>>. Acesso em set. 2024.

DAHL, Robert Alan. **La poliarquía Participación y oposición**. Editora Tecnos. 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4229936/mod_resource/content/1/Rober_tDahl_Poliarquia_espanhol.pdf>. Acesso em out.2024.

DEC. Democratic Erosion Consortium. **Democratic Erosion in South Africa**. 2022. Disponível em: <<https://www.democratic-erosion.com/2022/10/12/democratic-erosion-in-south-africa/>>. Acesso em out.2024.

EIU. Economist Intelligence Unit, The Economist Group. **Democracy Index 2024: What's wrong with representative democracy?** 2025. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2025/03/the-economist-democracia-.pdf>> Acesso em set.2025.

FELDMAN, Benjamin; MCCOY, Jennifer. Bet on Big-Tent Opposition Electoral Coalitions to Defeat Democratic Backsliding. **CARNEGIE Endowment for International Peace**. 2024. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/research/2024/03/bet-on-big-tent-opposition-electoral-coalitions-to-defeat-democratic-backsliding?lang=en>>. Acesso em set. 2024.

FELLA, Stefano. **Poland: 2023 parliamentary elections and new government**. House of Commons Library, 2024. Disponível em: <<https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-9951/>>. Acesso em out.2024.

GAMBOA, Laura. Resisting Backsliding. Opposition Strategies against the Erosion of Democracy. **CAMBRIDGE University Press**. 2022 Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7579697/mod_resource/content/1/%5BGamboa%20-%20Resisting%20Backsliding%20Opposition%20Strategies%20against%20the%20Erosion%20of%20Democracy%20decline%20decay%20%282022%29.pdf>. Acesso em out.2024.

HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert. The Anatomy of Democratic Backsliding. **Journal of Democracy**, Volume 32, Number 4, October 2021, pp. 27-41. DOI: <https://doi.org/10.1353/jod.2021.0050>. Acesso em ago. 2024.

HUNTINGTON, Samuel. Democracy's Third Wave. **Journal of Democracy** 2(2), 12-34. 1991. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1353/jod.1991.0016>>. Acesso em out.2024.

INTERNATIONAL IDEA. Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral. **The Global State of Democracy 2024. Strengthening the Legitimacy of Elections in a Time of Radical Uncertainty**. 2025. Disponível em: <<https://www.idea.int/gsod/2024/>>. Acesso em set.2025.

IRI. International Republican Institute. **Political Parties and Opposition to Democratic Erosion: Evidence from a Literature Review**. 2024. Disponível em: <<https://www.iri.org/resources/evidence-briefer-political-parties-and-opposition-to-democratic-erosion/>>. Acesso em set.2024.

LAEBENS, Melis G.; LÜHRMANN, Anna. **What halts democratic erosion? The changing role of accountability**. April 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/350934484_What_halts_democratic_erosion_The_changing_role_of_accountability>. Acesso em out.2024.

LANDMAN, Todd. **Issues and Methods in Comparative Politics: An introduction**. London: Routledge. 2003. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5944415/mod_folder/content/0/Textos/Landman%2C%20Issues%20and%20Methods%20in%20Comparative%20Politics%20-%20An%20Introduction.pdf>. Acesso em set.2024.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. Is Democracy in Decline? **Journal of Democracy**, Volume 26, Number 1, Jan 2015, pp. 45-58. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/jod.2021.0050>>. Acesso em set. 2024.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8222324/mod_resource/content/1/Como%20as%20democracias%20morrem%20by%20Steven%20Levitsky%20%20Daniel%20Ziblatt%20%28z-lib.org%29.pdf>. Acesso em set. 2024.

LÜHRMANN, Anna; LINDBERG, Staffan I. A third wave of autocratization is here: what is new about it?. **Democratization**, v. 26, n. 7, p. 1095-1113, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1582029>>. Acesso em set.2024.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Democracies and Dictatorships in Latin America: Emergence, Survival, and Fall**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Disponível em:<

[https://www.researchgate.net/publication/282258632 Democracies and Dictatorships in Latin America Emergence Survival and Fall](https://www.researchgate.net/publication/282258632_Democracies_and_Dictatorships_in_Latin_America_Emergence_Survival_and_Fall)>. Acesso em set.2025.

MERKEL, Wolfgang. Is there a crisis of democracy? **Democratic Theory**, v. 1, n. 2, p. 11-25, 2014. Disponível em:<[https://www.researchgate.net/publication/269927605 Is There a Crisis of Democracy](https://www.researchgate.net/publication/269927605_Is_There_a_Crisis_of_Democracy)>. Acesso em set.2025.

NDZENDZE, Bhaso; HLABISA, Nhlakanipho. **South Africa's new coalition government: implications for social, economic and foreign policy**. APRI - Africa Policy Research Institute. 2024. Disponível em: <<https://afripoli.org/south-africas-new-coalition-government-implications-for-social-economic-and-foreign-policy>>. Acesso em out.2024.

NORD, Marina; ANGIOLILLO, Pablo; GOD, Ana Good; LINDENBERG, Staffan I. Democracy Report 2025: 25 Years of Autocratization – Democracy Trumped? **University of Gothenburg: V-Dem Institute**, 2025. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/63/V-DemDemocracyReport_portuguese_2025_lowres.pdf Acesso em set.2025.

THE CONVERSATION. **South Africa's unity government: 5 parties that need to find common ground**. 2024. Disponível em: <<https://theconversation.com/south-africas-unity-government-5-parties-that-need-to-find-common-ground-231968>>. Acesso em nov.2024.

WARREN, Mark E. A problem-based approach to democratic theory. **American Political Science Review**, v. 111, n. 1, p. 39-53, 2017. Disponível em <<https://doi10.1017/S0003055416000605>>. Acesso em nov.2024.